



Ministério Público de Sergipe
IV Concurso Público para o Provimento de Vagas de
Analista do Ministério Público
Psicologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova '10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A justiça sem força e a força sem justiça são duas grandes desgraças.

- Verifique se este caderno:

- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

A não-festa dos meus oito anos

– Quer dizer que não vai ter meu aniversário?

Não me lembro de ter feito a pergunta. Fiz o que pude para abafar essa lembrança – e quando muitos anos mais tarde me contaram o caso, como quem conta um episódio inocente, quis nada menos que morrer também. Eu já era um adolescente quando essa história me foi lembrada – a mim, que a havia sepultado no fundo do meu inconsciente.

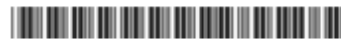
Eu já ia fazer oito anos, mas minha mãe, recostada na cabeceira da cama, estava cercada de tias, primas, sobrinhas, amigas, e mamãe repetindo que Papai do Céu tinha levado nossa irmã. Foi então que perguntei se não ia ter meu aniversário. Ouvindo essa história, adolescente, me senti um monstro. Vergado sob a culpa tardia e envergonhado do papelão de ter pensado em bolo, salgadinhos e presentes numa hora daquelas, nossa mãe sofrendo, papelão ainda mais horrendo quando comparado ao papel bonito dos meus irmãos. O mais velho, olhos cheios de lágrimas, correu ao quarto da irmã, abriu o armário e acariciou os vestidinhos pendurados. O outro irmão compôs uma pulseirinha delicada com pequenos grampos de cabelo. Eu não pensei em nada, pois aquela morte havia destroçado o meu aniversário.

Diante da minha frustração, devem ter dito: vamos dar alguma coisa pra esse menino, coitado – e então fomos para o centro da cidade, tia Nathalia e eu, comprar na loja alguma coisa para mim, qual coisa? – e a coisa resultou ser uma sanfoninha que quase seis décadas depois ainda está aqui, ali no alto dessa estante na minha casa de homem velho, capaz ainda de produzir música, intocada, mas tocável.

Só não garanto que o dono dê conta de extrair dali o “Parabéns pra você”, o parabéns-para-mim que o menino de oito anos tirou sozinho, sentado na escada de uma casa onde os pais chorosos cuidavam do granito preto para o túmulo da menina que partira. A cada vez que me entrego a tais lembranças, é difícil para mim metabolizar a verdade rude dos sentimentos daquele menino que não se conformou ao ver sabotada a festa de seus oito anos.

(Adaptado de: WERNECK, Humberto. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre, Arquipélago, 2011, p. 65-66)

1. A expressão *vergado sob a culpa tardia*, no 3º parágrafo, tem como referência
 - (A) um sentimento melancólico que se apoderou do autor quando da tímida celebração organizada para seu aniversário de oito anos.
 - (B) a frustração quando soube que sua festa de aniversário seria postergada para outra data qualquer, por certo mais conveniente.
 - (C) a penosa vergonha que o acometeu quando, anos mais tarde, soube de sua reação diante da festa cancelada pelo luto.
 - (D) o fato de que o menino aniversariante não soube improvisar a tempo uma homenagem tão original como a feita pelos irmãos.
 - (E) o vexame que o menino sentiu quando, em sua adolescência, lhe informaram que ele sequer se dera conta da morte da irmãzinha.
2. A inventiva expressão *parabéns-para-mim* (5º parágrafo) foi adotada pelo autor para traduzir
 - (A) o remorso curtido pelo menino ao se dar conta de que sua frustração derivava de seu egoísmo.
 - (B) a decisão solitária do menino ao fazer daquele presente uma compensação para seu desconsolo.
 - (C) a represália indignada do menino, por conta do presente que improvisaram no dia de seu aniversário.
 - (D) a forma que o menino acabou encontrando para justificar sua indiferença diante da morte da irmã.
 - (E) o modo pelo qual o aniversariante resolveu se manifestar depois que se deu conta do luto de seus familiares.



3. Ao se referir à sanfoninha no *alto dessa estante na minha casa*, o autor revela que
- (A) a passagem do tempo fez do seu antigo presente uma prova de reabilitação de seus melhores sentimentos.
 - (B) o fato de não mais tocar o instrumento fez com que se esquecesse da circunstância em que o ganhou.
 - (C) houve uma depreciação máxima do presente que lhe deram sem merecimento seu para ganhá-lo.
 - (D) o presente de seu aniversário de oito anos foi preservado para inocentá-lo da culpa que sentiu quando menino.
 - (E) manteve disponível seu instrumento musical para lembrá-lo da insensibilidade que mostrou naquela data de aniversário.
-
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
- (A) *como quem conta um episódio inocente* (2ª parágrafo) = à medida que se narra um fato simplório.
 - (B) *ainda mais horrendo quando comparado* (3ª parágrafo) = mais tenebroso ainda se assimilado.
 - (C) *havia destroçado o meu aniversário* (3ª parágrafo) = houvera de submeter o meu natalício.
 - (D) *não garanto que o dono dê conta* (5ª parágrafo) = não afianço que o proprietário consiga.
 - (E) *metabolizar a verdade rude* (5ª parágrafo) = expurgar a real grosseria.
-
5. Ouvindo essa história, adolescente, me senti um monstro.
- No contexto da narrativa desenvolvida, o elemento sublinhado na frase acima deve ser entendido como uma forma reduzida da expressão
- (A) para ser adolescente.
 - (B) tendo sido um adolescente.
 - (C) sendo já um adolescente.
 - (D) como se fosse um adolescente.
 - (E) visto que era um adolescente.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) O luto da mãe, das tias, das primas, de todos os familiares, não parece ter sensibilizado o menino, que tanto gostaria de ver comemorados os seus oito anos.
 - (B) De pequenos grampos de cabelo constituíram-se, por um dos irmãos do menino, o colarzinho composto em homenagem à irmã que partira.
 - (C) Nenhum dos familiares do menino, no meio daquela tragédia, ousaram pensar em comemorar os oito anos daquela criança tão amargurada.
 - (D) As notas do "Parabéns a você", que ele tirou da sanfoninha, constituiu a vingança do menino pela impossibilidade de comemorar seu aniversário.
 - (E) As providências que se decidiram tomar para consolar o menino acabou resultando na compra de uma inesquecível sanfoninha.
-
7. Na frase *a coisa resultou ser uma sanfoninha que quase seis décadas depois ainda está aqui, ali no alto dessa estante*, os dois segmentos sublinhados
- (A) constituem um paradoxo, numa relação contraditória.
 - (B) indicam, respectivamente, permanência temporal e proximidade física.
 - (C) expressam, na ordem dada, uma proximidade física e uma distância temporal.
 - (D) traduzem a instabilidade de uma dupla emoção que se impunha ao menino.
 - (E) convergem na prova melancólica de um apagamento da memória.
-
8. Os tempos e modos verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) O irmão resolveu que comporia uma delicada pulseirinha com os grampos de cabelo caso os tenha encontrado na gaveta.
 - (B) Se propusessem ao menino manter a comemoração de seu aniversário, possivelmente ele venha a concordar com tal proposta.
 - (C) No caso de que não tivesse ganhado nenhum presente, o menino experimentara uma frustração ainda maior.
 - (D) Embora não ignorasse o trágico evento daquele dia, o menino sofreu com o fracasso da comemoração que estava aguardando.
 - (E) Ainda que o menino tenha observado as reações de seus irmãos, nem por isso deixasse de amargar a falta da tão aguardada festa.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, baseie-se no texto seguinte.

[Em busca da origem da desigualdade social]

A pesquisa que culminou na escrita deste livro – O despertar de tudo – começou quase uma década atrás, basicamente como uma forma de brincadeira. No princípio, nós nos lançamos a isso, cabe reconhecer, num espírito de ligeiro desvio das nossas responsabilidades acadêmicas mais “sérias”. Acima de tudo, estávamos curiosos para ver como as novas evidências arqueológicas que se acumularam nas três últimas décadas poderiam modificar nossas concepções dos primórdios da história humana, sobretudo os aspectos associados às discussões sobre as origens da desigualdade social.

Não demorou, contudo, para se tornar óbvia a potencial relevância do que estávamos empreendendo, pois quase ninguém mais em nossas disciplinas parece dedicado a esse trabalho de síntese. Com frequência ficamos surpresos ao buscar em vão por livros que supúnhamos existir, mas que na verdade sequer haviam sido escritos – por exemplo, compêndios das cidades primitivas desprovidas de governos fortes, exercidos de cima para baixo, ou relatos de processos democráticos de tomada de decisão na África ou na América.

No final, concluímos que essa relutância em sintetizar informações básicas não se devia apenas a uma reticência por parte de pesquisadores: tratava-se apenas da inexistência de uma linguagem apropriada para dar conta de determinadas estruturas sociais. Como, por exemplo, nos referimos a uma “cidade desprovida de estruturas de governo de cima para baixo”?

No momento, ainda não há um termo de aceitação geral. Nos arriscaríamos a chamar isso de “democracia”? Ou “república”? Caberia dizer “cidade igualitária”? Mas isso implicaria o ônus de provar que a cidade era “de fato” igualitária – o que significaria, na prática, demonstrar que nenhum elemento de desigualdade estrutural estava presente em qualquer aspecto da vida de seus habitantes, incluindo grupos familiares e práticas religiosas. Dada a raridade, ou mesmo inexistência de tais evidências, seria inevitável a conclusão de que afinal essas cidades não tinham nada de igualitário. Trata-se, enfim, de considerar que a existência de civilizações originalmente não marcadas pela desigualdade social pode não ser mais do que um mito a ser desmontado.

(Adaptado de: GRAEBER, David, e WENGROW, David. **O despertar de tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 552)

9. Ao se lançarem, anos atrás, nas suas pesquisas sobre alguns aspectos dos primórdios das origens humanas, os autores do texto
- (A) depararam-se com uma bibliografia especializada tão densa que chegaram a ficar surpresos com a relevância do material.
 - (B) estavam estimulados sobretudo a corresponder às mais altas e desafiadoras expectativas ao longo de sua vida acadêmica.
 - (C) deram-se logo conta da grande importância de seu projeto, dada a carência de resultados sumários na matéria investigada.
 - (D) obrigaram-se a promover uma criteriosa seleção entre os muitos documentos científicos que sintetizavam os aspectos a serem considerados.
 - (E) promoveram cuidadosa análise dos inúmeros dados que pesquisas alheias haviam obtido a respeito da origem da desigualdade social.
-
10. A relutância em sintetizar informações básicas (3º parágrafo) com que se depararam os autores do texto em sua pesquisa deveu-se, sobretudo,
- (A) à dificuldade de caracterizar e nomear com exatidão os fenômenos sociais investigados.
 - (B) às penosas condições socioeconômicas enfrentadas pelos primeiros pesquisadores.
 - (C) à rudimentar tecnologia dos métodos explorados nas observações pioneiras.
 - (D) à falta de estrutura de algumas cidades desprovidas de um governo mais atuante.
 - (E) ao fato de que as bases sociais eram tão semelhantes que não havia como distingui-las.



11. Em busca da origem da desigualdade social, os autores do livro **O despertar de tudo**, no último parágrafo desse texto,
- (A) dizem ter refundado os conceitos de "democracia" e de "república" depois que se depararam com cidades igualitárias.
 - (B) afirmam que apenas alguns povos lograram fundar sociedades em que o igualitarismo foi praticado por um bom tempo.
 - (C) referem seu acesso a documentos esparsos, nos quais se fazia referência a cidades onde a prática religiosa era um fator de agregação social.
 - (D) concluem que a desigualdade social, desfazendo o mito do igualitarismo, pode ser um fator permanente da nossa história.
 - (E) demonstram que o igualitarismo social só terá ocorrido na história caso se considere o fator da igualdade num sentido bastante elástico.

12. *No final, concluímos que essa relutância em sintetizar informações básicas não se devia apenas a uma reticência por parte de pesquisadores.*

A frase acima manterá seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) disposição em – ausência por culpa
 - (B) resistência a – hesitação
 - (C) inclinação para – omissão deliberada
 - (D) indiferença por – indecisão
 - (E) disposição para com – falta de interesse
13. Há utilização de **linguagem figurada** neste comentário sobre o texto:
- (A) Os pesquisadores se propuseram a uma pesquisa pouco acadêmica.
 - (B) Não havia bibliografia especializada no tema daquela pesquisa.
 - (C) Foi um tanto frustrante dar com a falta de documentos mais comprobatórios.
 - (D) Vários conceitos clássicos de antropologia não puderam ser aplicados na pesquisa.
 - (E) Os pesquisadores buscaram escavar as raízes do processo de desigualdade social.

14. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Apesar dos esforços, empreitados pelos pesquisadores, eles não lograram êxito, em suas buscas.
 - (B) O pior, que pode acontecer com pesquisadores, mesmo quando empenhados, é não obterem resultados, de fato conclusivos.
 - (C) Ao fim e ao cabo, os pesquisadores, apesar de seus esforços, não lograram determinar a origem da desigualdade social.
 - (D) Os pesquisadores acabaram por concluir, que a verdadeira razão daquelas lacunas, estava na falta de uma nomenclatura adequada.
 - (E) As evidências de cidades igualitárias, praticamente inexistiam, o que acabou marcando o caráter pouco conclusivo, da empenhada pesquisa.

15. As formas verbais estão corretamente flexionadas e há presença de voz passiva na frase:
- (A) Os pesquisadores não suporam que a pesquisa não seria conclusiva.
 - (B) Fatores negativos interviram nas atividades exercidas pelos pesquisadores.
 - (C) Mesmo que eles revessem os resultados, a pesquisa seguiria inconclusiva.
 - (D) Como foram obtidos poucos resultados, eles não mais se detiveram em novas etapas.
 - (E) Malgrado a decepção que experimentaram, eles se recomporam e foram em frente.

16. *Não demorou, contudo, para se tornar óbvia a potencial relevância do que estávamos empreendendo.*
Reconstruindo de modo adequado a frase acima, iniciando-se pelo segmento **A potencial relevância do que estávamos empreendendo**, deve seguir-se esta complementação:

- (A) não tardou, entretanto, a se revelar óbvia.
- (B) embora óbvia, logo se transformou.
- (C) brevemente, ainda assim, se fez com obviedade.
- (D) mostrou-se, portanto, como se fosse óbvia.
- (E) óbvia que fosse, não demorou a mudar.

Noções de Legislação

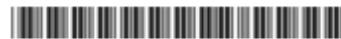
17. Ao Ministério Público compete
- (A) requerer diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
 - (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
 - (C) oferecer ações penais de iniciativa pública e privada.
 - (D) exercer controle externo da atividade policial, na forma da Lei.
 - (E) requisitar a promoção de inquéritos civis e de ações civis públicas.



18. Foi instaurada sindicância para apurar suposta negligência de Eduardo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, no exercício de suas atribuições funcionais. Ao final da sindicância, concluiu-se pela existência de elementos suficientes de autoria e materialidade. Diante disso, a próxima providência será a
- (A) instauração de processo administrativo disciplinar.
 - (B) instauração de reclamação disciplinar.
 - (C) representação ao Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (D) representação à Coordenadoria-Geral.
 - (E) aplicação de sanção disciplinar compatível com a gravidade da infração.
-
19. O órgão que articula as atividades das Promotorias de Justiça e dos Centros de Apoio Operacionais na defesa e proteção do patrimônio público e social, do consumidor, do meio ambiente, bem como das fundações, das pessoas portadoras de deficiência, do idoso, da criança e do adolescente e de outros interesses difusos e coletivos é
- (A) o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (B) o Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (C) a Ouvidoria do Ministério Público.
 - (D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - (E) a Coordenadoria-Geral do Ministério Público.
-
20. A atuação do Ministério Público do Estado de Sergipe deve levar em conta os objetivos e as diretrizes institucionais estabelecidos no Plano Plurianual Estratégico, com vistas a
- (A) criar canais permanentes de recebimento de manifestações dos cidadãos, como denúncias, sugestões e elogios.
 - (B) promover atividades de ensino, pesquisa e serviços de recrutamento e treinamento de pessoal.
 - (C) viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições legais.
 - (D) exercer a fiscalização e a superintendência da atuação institucional, velando pelos seus princípios.
 - (E) orientar e fiscalizar as atribuições funcionais e a conduta dos membros da instituição.
-
21. As decisões do Ministério Público do Estado de Sergipe, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia
- (A) condicionada à confirmação pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (B) plena e executividade imediata, sem ressalvas em virtude de previsão legal específica.
 - (C) plena e executividade imediata, ressalvada a competência dos Ministérios Públicos dos demais Estados, do Distrito Federal e da União.
 - (D) condicionada à expedição de ato administrativo pelo órgão da administração superior do Ministério Público competente.
 - (E) plena e executividade imediata, ressalvada a competência Constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
-
22. Compete ao Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe
- (A) conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de servidores do Ministério Público, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais.
 - (B) decidir sobre o vitaliciamento de membros do Ministério Público.
 - (C) fiscalizar o cumprimento pelos Órgãos de Execução do Ministério Público das metas estabelecidas no Plano Plurianual Estratégico da Instituição.
 - (D) organizar o serviço de estatística das atividades do Ministério Público.
 - (E) realizar, de ofício, inspeções para verificação da regularidade dos serviços dos inscritos à promoção ou remoção voluntária.
-
23. Joana, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, requisitou a um Secretário Municipal o acesso a documentos relativos à execução de um contrato de concessão de serviço público. Porém, o Secretário se recusou a apresentar os documentos sob a alegação de que estariam protegidos por sigilo. Nesse caso, o acesso aos documentos pelo Ministério Público deverá ser
- (A) negado porque o sigilo dos dados, documentos e informações é inafastável.
 - (B) concedido mediante autorização judicial escrita e fundamentada.
 - (C) concedido, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso dos documentos fornecidos.
 - (D) concedido mediante requisição do Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (E) avaliado de acordo com o caso concreto, a depender do grau de sigilo dos documentos.

Noções de Direitos Humanos

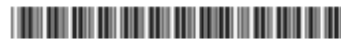
24. O Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos, tratado internacional sobre direitos humanos, acaba por
- (A) coibir a utilização de prisão cautelar como medida possível em casos não flagranciais.
 - (B) ser introduzido no ordenamento brasileiro a partir de 1998, com a publicação de Decreto presidencial que destacou adesão integral ao texto.
 - (C) deixar para outra normativa internacional a regulamentação sobre o tráfico de pessoas.
 - (D) ratificar os mesmos direitos esculpidos na Declaração Universal, apresentando diretrizes de cumprimento obrigatório para os países que a ele aderirem.
 - (E) definir prazo limite de duração do inquérito policial.



25. A respeito do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, previsto pela Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, há previsão expressa de que:
- (A) o mandato de seus membros será de cinco anos, prevista a possibilidade de indicação para mais de um período subsequente.
 - (B) para a eleição de seus membros, faz-se necessário quórum de votação constituído pela metade mais um dos Estados-Partes presentes à reunião.
 - (C) seus membros recebam remuneração a partir de recursos das Nações Unidas, haja vista sua relevância.
 - (D) deverá se reunir ordinariamente, no mínimo, por duas vezes ao longo de um mesmo ano corrente.
 - (E) em caso de saída de membro de um Estado-Parte, a recomposição da vaga será construída por indicação de Estado ainda não participante.
-
26. De acordo com o expressamente previsto pela Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados-Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Nesse sentido, comprometem-se a envidar esforços para
- (A) impedir a mortalidade infantil, por meio de ações concretas de preservação da vida.
 - (B) desenvolver a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
 - (C) manter em seu ordenamento limitação etária para acesso à autorização para direção de veículo automotor.
 - (D) ofertar prioritariamente o parto natural à gestante, somente permitindo outro modelo mediante justificativa médica.
 - (E) limitar a adoção por etnias diversas da origem da criança adotada, evitando-se impacto à saúde mental decorrente de adaptabilidade custosa.
-
27. Conforme disposto expressamente pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a adaptação razoável é definida como
- (A) as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
 - (B) a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.
 - (C) as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias ao seu conforto e à qualificação de sua convivência.
 - (D) o uso de línguas alternativas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada.
 - (E) o efeito de impedir ou impossibilitar a desigualdade de oportunidades com as demais pessoas no contexto político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.
-
28. A educação de nível superior, prevista no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais deverá
- (A) ser implementada de forma progressiva e gratuita.
 - (B) ser ofertada de forma gratuita a todos.
 - (C) ser generalizada e tornar-se acessível a todos.
 - (D) fomentar e interligar-se com a educação de base.
 - (E) se tornar acessível a todos, com base na capacidade de cada um.
-
29. Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, há o reconhecimento
- (A) da independência da personalidade, independente dos deveres sociais.
 - (B) à associação obrigatória.
 - (C) à remuneração diversa a depender do grau de instrução.
 - (D) da impossibilidade de somente os pais escolherem o modelo de educação dos filhos.
 - (E) à propriedade coletiva.
-
30. A Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial prevê expressamente em seu texto que
- (A) os membros de seu Comitê serão eleitos em escrutínio secreto de uma lista de candidatos designados pelos Estados-Partes.
 - (B) será aplicada às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado-Parte nesta Convenção entre cidadãos e não cidadãos.
 - (C) será considerada discriminação racial as medidas especiais tomadas, mesmo que com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos.
 - (D) não há exigência de compromisso em efetuar nenhum ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições, sendo os avanços gradativos.
 - (E) não há compromisso em adotar uma política de eliminação da discriminação racial, contando-se predominantemente com a conscientização e requalificação das estruturas postas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Segundo Jurema A. Cunha (2000), os objetivos do psicodiagnóstico podem priorizar: a classificação simples; a descrição; a classificação nosológica; o diagnóstico diferencial; a avaliação compreensiva; o entendimento dinâmico; a prevenção;
- (A) o foco; e a reflexão.
(B) a capacitação; e o transtorno.
(C) a fantasia; e a atuação.
(D) o prognóstico; e a perícia forense.
(E) o questionamento; e a convicção.
-
32. O Teste do Desenho da Casa, Árvore e Pessoa (HTP) corresponde a uma técnica projetiva que estimula a projeção de elementos da personalidade e de áreas de conflito dentro da situação terapêutica. Tal teste é composto por uma fase
- (A) interpretativa e outra expressiva.
(B) individual e outra grupal.
(C) acromática e outra cromática.
(D) livre e outra dirigida.
(E) sem estruturação e outra estruturada.
-
33. A maioria das escalas de medida em ciências do comportamento são obtidas a partir da soma de vários itens selecionados como indicadores do constructo teórico que se está interessado em medir, sendo muito comum a utilização de itens medidos, cada um, numa escala de cinco pontos. Trata-se de escalas
- (A) variáveis, denominadas de Escalas Métricas.
(B) comparativas, denominadas de Escalas Progressivas.
(C) mensuráveis, denominadas de Escalas Avaliativas.
(D) específicas, denominadas de Escalas Focadas.
(E) aditivas, denominadas de Escalas Likert.
-
34. Em um processo psicodiagnóstico, objetivando o término do processo, as entrevistas de devolução podem ocorrer de formas distintas. A forma comumente utilizada nos casos em que há o predomínio de uma ansiedade mais elevada por parte do avaliado e/ou do seu responsável, em que se considera pertinente o fornecimento de pequenos *feedbacks* ao longo do andamento do processo, visando a dirimir essa ansiedade, é denominada de forma
- (A) variável.
(B) sistemática.
(C) assistemática.
(D) adaptativa.
(E) melhorada.
-
35. Hutz, Bandeira e Trentini (2016) apontam que a escolha de instrumentos em psicodiagnóstico deve considerar os seguintes passos: o que quero avaliar?; quais os instrumentos e técnicas disponíveis que avaliam isso que quero saber considerando a idade do avaliado?;
- (A) sei usar tais instrumentos e técnicas?
(B) qual é o meu objetivo?
(C) qual é a demanda por atendimento?
(D) qual é o pedido do cliente?
(E) o que desejo apurar?
-
36. Rovinski (2013) propôs seis etapas para a consecução de uma perícia psicológica nos moldes e ritos judiciais que são possíveis de adaptação para o contexto judiciário. São elas: Iniciação do caso;
- (A) participação em audiência; preparação do expediente; avaliação das necessidades e coleta de dados; seleção de estratégias; elaboração do laudo pericial.
(B) preparação do expediente; avaliação das necessidades e coleta de dados; seleção de estratégias; elaboração do laudo pericial; participação em audiência.
(C) seleção de estratégias; preparação do expediente; avaliação das necessidades e coleta de dados; elaboração do laudo pericial; participação em audiência.
(D) avaliação das necessidades e coleta de dados; preparação do expediente; seleção de estratégias; elaboração do laudo pericial; participação em audiência.
(E) elaboração do laudo pericial; preparação do expediente; avaliação das necessidades e coleta de dados; seleção de estratégias; participação em audiência.



37. Consta na Resolução CFP nº 008/2010 que o psicólogo assistente técnico
- (A) perito não poderá atuar em equipe multiprofissional, para que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas.
 - (B) não pode formular quesitos ao psicólogo perito, pois a relação entre os profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências.
 - (C) poderá, conforme a especificidade de cada situação, contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, com exceção da aplicação de testes psicológicos, circunscritos à área clínica.
 - (D) na realização da perícia, não se exige necessariamente espaço físico apropriado que zele pela privacidade do atendido, bem como pela qualidade dos recursos técnicos utilizados, dependendo da natureza da avaliação pericial.
 - (E) não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço prestado.
-
38. Segundo a Resolução CFP nº 06/2019, que fornece orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, o *laudo psicológico* deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda e relatar: o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico, a hipótese diagnóstica, a evolução do caso, orientação e/ou
- (A) *intervenções sistêmicas.*
 - (B) *sugestão de projeto terapêutico.*
 - (C) *análise de testes psicológicos.*
 - (D) *tipos de entrevista.*
 - (E) *declaração de evolução do caso.*
-
39. O Parecer Psicológico, tendo por referência a Resolução CFP nº 06/2019,
- (A) traz a visão do parecerista, não podendo ser indicativo ou conclusivo.
 - (B) constitui de manifestação oral ao Juízo.
 - (C) não pode ser construído apenas por via de análise documental.
 - (D) é um pronunciamento por escrito.
 - (E) é resultado de processo de avaliação psicológica.
-
40. Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 7º), o psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional na seguinte situação:
- (A) quando informado expressamente, por qualquer entidade externa, sobre a necessidade de fazê-lo.
 - (B) quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da continuidade voluntária e definitiva do serviço.
 - (C) em caso de emergência ou risco de outros profissionais externos, quando dará imediata ciência ao profissional.
 - (D) a pedido do profissional responsável pelo serviço.
 - (E) quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção não fizer parte da metodologia adotada.
-
41. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), para diagnosticar transtorno bipolar tipo I, é necessário o preenchimento dos critérios para um episódio maníaco, sendo que ele pode ter sido antecedido ou seguido por episódios
- (A) psicóticos ou depressivos mórbidos.
 - (B) histriônicos ou depressivos menores.
 - (C) dissociativos ou depressivos profundos.
 - (D) hipomaniacos ou depressivos maiores.
 - (E) distímicos ou *borderlines*.
-
42. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, o transtorno de estresse pós-traumático não deve geralmente ser diagnosticado a menos que haja evidência que, após um evento traumático de excepcional gravidade, ele surgiu dentro de
- (A) 5 meses.
 - (B) 6 meses.
 - (C) 3 meses.
 - (D) 1 mês.
 - (E) 9 meses.



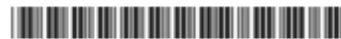
43. A esquizofrenia é uma doença mental grave caracterizada por dois grupos de sintomas: um inclui alucinações, delírios e às vezes transtornos do pensamento, refletindo um excesso ou uma distorção do funcionamento normal; e o outro inclui restrições na expressão das emoções, na fluência e na produtividade do pensamento e da linguagem, e no desencadear do comportamento, refletindo uma redução ou perda do funcionamento normal. Esses dois grupos de sintomas são chamados de sintomas
- (A) positivos e negativos.
 - (B) pendulares e sistêmicos.
 - (C) persistentes e ciclotímicos.
 - (D) irrealísticos e duradouros.
 - (E) alienados e cognitivos.
-
44. No tratamento cognitivo comportamental do transtorno por uso de álcool é necessária uma análise
- (A) da letalidade do consumo.
 - (B) psicodinâmica dos sintomas.
 - (C) contextual das motivações inconscientes da adição.
 - (D) experimental da dinâmica pessoal.
 - (E) funcional do beber.
-
45. A terapia cognitivo-comportamental para dor crônica foca na mudança de comportamentos e pensamentos negativos de pacientes, que servem para manter e exacerbar as suas experiências com a dor, bem como no ensino de maneiras para reintroduzir atividades prazerosas em suas vidas de forma segura, estando incluídos entre seus componentes principais: treino de relaxamento e
- (A) reestruturação cognitiva focada em pensamentos relacionados à dor.
 - (B) atividades sem intervalos baseados em tempo.
 - (C) tarefas de casa graduais planejadas para diminuir a aceitação dos pacientes das atividades físicas.
 - (D) reintrodução de um estilo de vida mais evitativo e confortável.
 - (E) aumentar a atividade e o funcionamento induzido dos pacientes usando técnicas como exercícios.
-
46. Para a terapia familiar estrutural, o que habitualmente leva uma família à terapia são os sintomas de um dos seus membros, que é reconhecido como o paciente identificado, a quem a família classifica como "tendo problemas" ou "sendo o problema". O consenso familiar de que um membro é o problema indica, então, que, em algum nível, o sintoma está sendo
- (A) provocado pelo elemento mais frágil do grupo familiar.
 - (B) produzido integralmente pelo membro da família que preocupa.
 - (C) reforçado pelo sistema.
 - (D) irradiado pelo responsável pelo conflito.
 - (E) constituído por influência externa à dinâmica familiar.
-
47. A abordagem freudiana entende que a finalidade da psicanálise é dar ao paciente um conhecimento especial de si mesmo. Portanto, é necessário haver o *insight* para que haja elaboração, caminho no qual o *insight* intelectual, verbal ou descritivo, precisa conduzir-se ao *insight*, que é também emocional, denominado
- (A) moral.
 - (B) racional.
 - (C) lógico.
 - (D) factual.
 - (E) ostensivo.
-
48. É conhecida a inserção do psicólogo nas equipes multidisciplinares que atendem pacientes das cirurgias bariátricas, sendo que a avaliação psicológica em cirurgia bariátrica teve um protocolo clínico elaborado por psicólogos membros da Comissão de Especialidades Associadas (COESAS) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), com o objetivo de orientar os profissionais que atuam na área. Entre as recomendações, encontra-se:
- (A) ter conhecimentos consistentes e atualizados em transtornos alimentares.
 - (B) o número mínimo de seis consultas na fase de avaliação pré-operatória.
 - (C) ter conhecimentos consistentes e atualizados em cirurgias, de modo geral.
 - (D) ter formação em administração hospitalar.
 - (E) ter atuado em outros setores na rede hospitalar.



49. Trata-se de doenças não transmissíveis com longa ou indefinida duração, de etiologia múltipla, de origem não infecciosa, as quais compartilham inúmeros fatores de risco e também podem se associar a deficiências e incapacidades funcionais. Os pacientes, a partir desse diagnóstico, precisam não apenas se ajustar às mudanças comportamentais imediatas que cada tratamento exige, mas também lidar com os aspectos emocionais e sociais que perpassam e influem em todo o processo de adaptação, sendo que demandas psicológicas como estresse, depressão e ansiedade são comuns e recorrentes nestes pacientes. A descrição acima corresponde às doenças
- (A) crônicas.
 - (B) agudas.
 - (C) intensas.
 - (D) subagudas.
 - (E) intermitentes.
-
50. No Brasil, a atribuição de um ato infracional a um adolescente, pode resultar na aplicação, pelo juiz da Infância e Adolescência, de uma das medidas previstas no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA – Art. 112): advertência; reparação de dano; liberdade assistida; semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; e
- (A) busca por parente ou professor que ofereça cuidados diretos.
 - (B) frequentar colégio interno.
 - (C) colaborar com instituição religiosa.
 - (D) prestação de serviço à comunidade.
 - (E) realizar trabalho empregado em experiência, por três meses consecutivos.
-
51. Entrevistas projetadas para facilitar o recolhimento de evidências pelas declarações da vítima ou de testemunhas correspondem a entrevistas
- (A) comprobatórias.
 - (B) exploratórias.
 - (C) clínicas.
 - (D) facilitadoras.
 - (E) forenses.
-
52. Trata-se de técnica de inquirição de criança, na qual o juiz, o promotor, o advogado e eventualmente o réu permanecem na sala de audiências, sem serem vistos, observando a criança que se supõe ser vítima de violência sexual ser entrevistada por técnico(a) previamente preparado(a). Tal técnica corresponde
- (A) ao procedimento de investigação.
 - (B) à inquirição estendida.
 - (C) à focalização do trauma.
 - (D) à prevenção de revivência.
 - (E) ao depoimento sem dano.
-
53. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo estabelecido cinco tipos de violência. Entre eles está a violência
- (A) estrutural.
 - (B) psicossocial.
 - (C) patrimonial.
 - (D) bruta.
 - (E) essencial.
-
54. É no período que corresponde à infância que se forma a matriz de identidade do criminoso, quando em meio ao impacto de condições precárias estrutura-se como traço dominante a
- (A) curiosidade.
 - (B) agressividade.
 - (C) combatividade.
 - (D) desesperança.
 - (E) exigência.
-
55. No entendimento da psicologia do crime, encontramos que os assassinos em série podem ser indivíduos mentalmente sãos, doentes mentais ou fronteiriços. Enquanto os mentalmente sãos geralmente têm um motivo para os crimes praticados, podendo ser de ordem econômica (matadores de aluguel), fanática (terroristas) ou política (chefes de Estado ditadores), os doentes mentais cometem os crimes
- (A) em parceria, visando indivíduos alvo.
 - (B) sozinhos, visando atingir o maior número de vítimas.
 - (C) coletivamente, em prol de uma causa ideológica.
 - (D) publicamente, visando a propagação de ideias dominantes.
 - (E) em grupo, no intuito de promover um efeito radioativo.



56. O técnico psicólogo, ao avaliar o dano psíquico, deve sempre situá-lo em relação ao trauma sofrido, isto é, entre
- (A) o dano traumático e as sequelas psíquicas.
 - (B) as emoções desencadeadas e seu desenvolvimento.
 - (C) os pensamentos catastróficos e o sentimento de esperança.
 - (D) as condições emocionais e de resiliência.
 - (E) experiências abruptas e sua acomodação.
-
57. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) destina ao Judiciário todas as providências e os procedimentos referentes à adoção de crianças e adolescentes, prevendo e tornando obrigatória a existência de equipe interprofissional para atuar nas diversas etapas do processo, e define os requisitos necessários aos adotantes e adotados. Está entre os requisitos necessários para o adotante:
- (A) ser pelo menos vinte anos mais velho que o adotado.
 - (B) contar com 21 (vinte e um) anos e ser casado no civil.
 - (C) contar com mais de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
 - (D) se for o ascendente ou o irmão do adotando, realizar adoção conjunta.
 - (E) se for ex-companheiro pode adotar conjuntamente em qualquer circunstância.
-
58. Em relação à adoção internacional no Brasil, em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária e será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente, ou, a critério do juiz, em cidade limítrofe, respeitada, em qualquer hipótese, a competência do juízo da comarca de residência da criança. O estágio de convivência, portanto, será acompanhado pela
- (A) unidade do Serviço Assistencial das Varas de Menores.
 - (B) equipe multiprofissional à serviço das Varas de Família.
 - (C) comissão de apoio à reinserção de crianças e adolescentes em lares substitutos.
 - (D) equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude.
 - (E) unidade do Estado que gere a administração dos abrigos.
-
59. A Política Nacional do Idoso tem por finalidade assegurar direitos
- (A) à plena cidadania e criar meios de promover condições de trabalho, locomoção e participação cultural livre de ônus.
 - (B) trabalhistas da pessoa idosa e criar condições de promover formação acadêmica, readaptação e emprego.
 - (C) iguais da pessoa em situação vulnerável e criar meios para acesso ao atendimento, vacinação e hospitalização particular.
 - (D) de acessibilidade da pessoa e criar meios de locomoção, integração e participação em eventos sociais específicos para a faixa etária.
 - (E) sociais da pessoa idosa e criar condições de promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
-
60. Em relação ao direito à saúde, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de
- (A) prisão em flagrante pela autoridade policial presente e pela corregedoria do estado.
 - (B) notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária.
 - (C) notificação no prontuário médico da pessoa idosa, para posterior acompanhamento do SUS.
 - (D) acolhimento da pessoa idosa em um lar residência, assegurando sua integridade física.
 - (E) notificação a todos os familiares da pessoa idosa, assegurando a identificação de um tutor responsável.
-
61. As influências mais importantes do ambiente familiar no desenvolvimento das crianças vêm da atmosfera familiar. Nesta perspectiva, a atmosfera familiar pode ser
- (A) democrática e associativa ou autocrática.
 - (B) incentivadora da linguagem e afetiva ou dominada pelo silêncio.
 - (C) transmissora da história familiar e confrontativa ou evitativa da história familiar.
 - (D) sustentadora e amorosa ou dominada pelo conflito.
 - (E) participativa e assertiva ou silenciosa e não assertiva.
-
62. Os pesquisadores identificaram dois tipos de comportamento antissocial: um tipo de *início precoce*, começando aos 11 anos de idade, e um tipo de *início tardio*, começando após a puberdade. O tipo de início precoce tende a
- (A) levar à delinquência juvenil crônica na adolescência.
 - (B) desaparecer com a resolução das questões da adolescência.
 - (C) ocasionar o cometimento de infrações relativamente mais leves.
 - (D) ocorrer em adolescentes com antecedentes familiares normais.
 - (E) surgir em famílias com estilo de parentalidade democrático.



63. Existem quatro abordagens ao desenvolvimento psicossocial do adulto, representadas pelos modelos do estágio normativo, modelos do momento dos eventos, modelos de traço e modelos tipológicos. Os modelos do estágio normativo sustentam que
- (A) os adultos desenvolvem sua personalidade como uma unidade funcional, caracterizada por adaptabilidade.
 - (B) o curso do desenvolvimento adulto depende de normas e expectativas da sociedade em relação aos momentos apropriados.
 - (C) o desenvolvimento adulto se concentra na mudança de atributos mentais, emocionais e comportamentais.
 - (D) os adultos seguem uma sequência básica de mudanças psicossociais relacionadas à idade.
 - (E) os adultos desenvolvem sua personalidade em um processo contínuo, que mantém suas características de personalidade.
-
64. Para Erik Erikson, a conquista culminante da vida adulta tardia é o senso de
- (A) confiança.
 - (B) integridade do ego.
 - (C) autonomia.
 - (D) identidade.
 - (E) intimidade.
-
65. A cultura organizacional existe em três diferentes níveis:
- (A) histórias, sistemas de poder e costumes.
 - (B) premissas, normas estabelecidas e poder.
 - (C) ritos, papéis compartilhados e estrutura.
 - (D) símbolos, regras estabelecidas e crenças.
 - (E) artefatos, valores compartilhados e pressuposições básicas.
-
66. A percepção do clima organizacional é bastante subjetiva. No entanto, ela pode se materializar por meio de indicadores que demonstram sinais de sua qualidade. Entre eles pode-se citar como indicadores a serem analisados:
- (A) programas de qualidade de vida e política de segurança no trabalho.
 - (B) absenteísmo e *turnover*.
 - (C) práticas de delegação e normas.
 - (D) seleção de profissionais e integração.
 - (E) processo de trabalho e políticas de recursos humanos.
-
67. O planejamento estratégico de gestão de pessoas refere-se à maneira como a função gestão de pessoas pode contribuir para
- (A) manter os processos organizacionais alinhados às tarefas e atividades.
 - (B) alinhar talentos e competências com as necessidades organizacionais.
 - (C) o mapeamento organizacional para atender a ESG (*Environmental, Social and Governance*).
 - (D) estabelecer e posicionar a empresa com o mercado de trabalho.
 - (E) manter relacionamentos e atitudes esperados pela empresa.
-
68. Um grupo de estratégias de gestão de pessoas bastante adotado pelos estudiosos do tema é a classificação desenvolvida por Miles e Snow (1984), que elaboraram três estratégias de gestão de pessoas, a saber:
- (A) adaptar pessoas, configurar pessoas e organizar pessoas.
 - (B) promover pessoas, controlar pessoas e comprometer pessoas.
 - (C) desenvolver pessoas, adquirir pessoas e alocar pessoas.
 - (D) manter pessoas, estimular pessoas e empoderar pessoas.
 - (E) transferir pessoas, motivar pessoas e dirigir pessoas.
-
69. O trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho não é constituído somente da atividade, mas de várias dimensões como a cultural e a social: trabalhar é viver junto. São essenciais, para esse processo,
- (A) o controle e o espaço delimitado e seguro para gerar clareza de atribuições e responsabilidades das funções.
 - (B) a atividade laboral e o espaço ergonômico adequado para gerar ambiente livre de lesões por esforço repetido.
 - (C) a comunicação e o espaço para que o uso da palavra ocorra de maneira saudável e proveitosa para todos.
 - (D) o planejamento e o espaço previsível para que se crie ambiente seguro para a execução das atividades laborais.
 - (E) a relação hierárquica clara e o espaço definidor das responsabilidades sobre a tomada de decisão.
-
70. O conflito entre organização do trabalho e funcionamento psíquico pode ser reconhecido como fonte de sofrimento, ao mesmo tempo como chave de sua possibilidade de análise. Mas o sofrimento suscita estratégias
- (A) defensivas.
 - (B) investigativas.
 - (C) de ataque.
 - (D) de fuga.
 - (E) sublimatórias.